



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° GM-PE002/2021-SRP

ORIGEM DA LICITAÇÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR POMPEU – SECRETARIA DE SAÚDE; SECRETARIA DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; SECRETARIA DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO; SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA; SECRETARIA DE AGRICULTURA, RECURSOS HIDRICOS E MEIO AMBIENTE.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS UNIDADES GESTORAS DO MUNICÍPIO DE SENADOR POMPEU/CE.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM.

FORNECIMENTO: PARCELADO, CONFORME NECESSIDADE DAS DIVERSAS UNIDADES GESTORAS.

LOCAL DO PREGÃO: www.bll.org.br e/ou www.bllcompras.com “Acesso Identificado no link – acesso publico”

INICIO DE RECEBIMENTO DA PROPOSTA

12 DE FEVEREIRO DE 2021;

A PARTIR DAS 12:00 HORAS (Horário de Brasília-DF)

DATA DE ABERTURA DA PROPOSTA

24 DE FEVEREIRO DE 2021

Das 08:00h AS 09:00 HORAS (Horário de Brasília-DF)

DATA DE ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇOS

24 DE FEVEREIRO DE 2021

HORA DE ABERTURA DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS

ÀS 09:00 HORAS (Horário de Brasília-DF).

O titular da origem desta licitação torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregoeiro, **JOSÉ HIGO DOS REIS ROCHA**, nomeado pela Portaria n° 61/2020 de 27 de fevereiro de 2020 e assessorado pela Equipe de Apoio, também, nomeada através desta mesma Portaria, juntados ao processo administrativo de que trata esta licitação, receberá e abrirá no horário, data e local acima indicados, as **PROPOSTAS DE PREÇOS** e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** referentes à licitação objeto deste instrumento, para a escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a contratação do objeto desta licitação, observadas as normas e condições do presente Edital e as disposições contidas na Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n° 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto n° 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto n° 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP n° 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei n° 11.488, de 15 de junho de



2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Nesta licitação serão encontradas palavras, siglas e abreviaturas com os mesmos significados, conforme abaixo:

1. LICITAÇÃO: O procedimento de que trata o presente edital;
2. LICITANTE: Pessoa jurídica que participa desta licitação;
3. HABILITAÇÃO: Verificação atualizada da situação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira e regularidade fiscal que seja exigida neste edital, do vencedor da fase de proposta de preços;
4. ADJUDICATÁRIA: Pessoa jurídica vencedora da licitação, à qual será adjudicado o seu objeto;
5. CONTRATANTE: O Município de SENADOR POMPEU que é signatário do instrumento contratual;
6. CONTRATADA: Pessoa jurídica à qual foi adjudicado o objeto desta licitação, e é signatária do contrato com a Administração Pública;
7. PREGOEIRO: Servidor ou nomeado, designado por ato do titular do Poder Executivo Municipal, que realizará os procedimentos de recebimento das propostas de preços e da documentação de habilitação, abertura, condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço, adjudicação, quando não houver recurso, elaboração da ata, condução dos trabalhos da equipe de apoio e recebimento de impugnação ao edital e recursos contra seus atos;
8. EQUIPE DE APOIO: Equipe designada por ato do titular do Poder Executivo Municipal, formada por, no mínimo, 02 servidores que prestarão a necessária assistência ao Pregoeiro durante a realização do pregão;
9. AUTORIDADE SUPERIOR: É o titular do órgão ou entidade de origem desta licitação, incumbido de definir o objeto da licitação, elaborar seu termo de referência, orçamento e instrumento convocatório, decidir sobre impugnação ao edital, determinar a abertura da licitação, decidir os recursos contra atos do Pregoeiro, adjudicar o objeto ao vencedor, no caso de interposição de recurso, homologar o resultado da licitação por meio eletrônico e promover a celebração do contrato;
10. PMSP: Prefeitura Municipal de SENADOR POMPEU;
11. DOE : Diário Oficial do Estado;
12. DOU : Diário Oficial da União;
13. ÓRGÃO PROVEDOR DO SISTEMA: Bolsa de Licitações e Leilões, entidade conveniada com o Município de SENADOR POMPEU mediante Termo de Apoio Técnico-Operacional em vigor.

1.0-DO OBJETO

1.1-A presente licitação tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS UNIDADES GESTORAS DO MUNICÍPIO DE SENADOR POMPEU/CE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas abaixo:

1.2.A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3.O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



ITEM	DESCRIÇÃO	SECRETARIAS										QUANT.	UNIDADE	VALOR		
		FIN	ASSIST SEC	ASSIST FUNDO	EDUCAC SEC	INFRA SEC	AGRIC SEC	SAUDE VIG	SAUDE COVID	SAUDE SEC	SAUDE PAB			SAUDE MAC	UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
1	CANETA ESFEROGRAFICA ESCRITA AZUL FINA 07 - Especificação: CANETA ESFEROGRAFICA ESCRITA (AZUL) FINA 07. ESPECIFICAÇÕES: CANETA ESFEROGRAFICA ESCRITA FINA COR AZUL, CORPO EM MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 140 MM GRAVADO NO CORPO A MARCA DO FABRICANTE LOTE VI EXPEDIENTE DIVER. CAIXA COM 50 UNIDADES	30	15	30	20	3	10	2	2	4	16	6	138	CAIXA	R\$ 43,87	R\$ 6.054,06
2	CANETINHAS PONTAS POROSA CORES VARIADAS, ESTOJO COM 12 CORES - Especificação : CANETINHAS PONTAS POROSA CORES VARIADAS, ESTOJO COM 12 CORES	-	30	250	20	-	-	-	-	4	6	20	330	ESTOJO	R\$ 15,80	R\$ 5.214,00
3	PINCEL ATOMICO	20	20	180	30	-	20	20	40	80	200	80	690	UNIDADE	R\$ 5,50	R\$ 3.795,00
4	MARCA TEXTO	200	30	120	100	5	40	40	40	80	240	100	995	UNIDADE	R\$ 2,47	R\$ 2.457,65
5	GIZ DE CERA CAIXA COM	-	50	400	20	-	-	-	-	40	10	80	600	CAIXA	R\$ 4,90	R\$ 2.940,00



Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CE
CNPJ n.º 07.728.421/0001-82 – CGF n.º 06.920.284-2
Paço Municipal – Edifício Francisco França Cambrata –
Avenida Francisco França Cambrata, n.º 265, Bairro Centro – CEP 63.600-000



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



6	12 UNIDADES - Especificação : GIZ DE CERA CAIXA COM 12 UNIDADES. ESTILETE LAMINA LARGA, CORPO DE ACRILICO COM SISTEMA DE TRAVA - Especificação : ESTILETE LAMINA LARGA, CORPO DE ACRILICO COM SISTEMA DE TRAVA.	30	12	60	10	-	10	-	40	60	40	262	UNIDADE	R\$ 4,38	R\$ 1.147,56
7	GRAMPEADOR METAL 26/6 PARA 25 FOLHAS - Especificação : GRAMPEADOR METAL 26/6 PARA 25 FOLHAS. GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 GALVANIZADO CAIXA COM 5.000 UNIDADES - Especificação : GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 GALVANIZADO CAIXA COM 5.000 UNIDADES	40	12	30	15	-	6	40	40	40	40	263	UNIDADE	R\$ 22,00	R\$ 5.786,00
8	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA 13 CM COM CABO PLASTICO, FORMATO ANATOMICO, LAMINA EM AÇO INOXIDAVEL	100	15	35	40	-	15	20	40	80	300	765	CAIXA	R\$ 7,06	R\$ 5.400,90
9	PISTOLA PARA COLA QUENTE FINA 40W	-	30	250	20	-	-	-	-	60	100	520	UNIDADE	R\$ 4,15	R\$ 2.158,00
10		5	8	25	5	-	-	-	-	40	40	163	UNIDADE	R\$ 23,97	R\$ 3.907,11

Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CE.
CNPJ n.º 07.728.421/0001-82 - CGF n.º 06.920.284-2
Paço Municipal - Edifício Francisco França Cambraia -
Avenida Francisco França Cambraia, n.º 265, Bairro Centro - CEP 63.600-000





Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



11	110/220V PERFURADOR DE PAPEL COM 02 FUROS PARA 70 FOLHAS NA COR PRETA	20	4	8	5	-	6	-	20	40	60	40	203	UNIDADE	R\$ 79,67	R\$ 16.173,01
12	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO - Especificação : BASE PLÁSTICA, COM FELTRO MACIO, ACOMPANHADO DE 01 REFIL SUBSTITUÍVEL	10	12	60	5	-	6	-	-	40	20	40	193	UNIDADE	R\$ 6,97	R\$ 1.345,21
13	CALCULADORA ELETRÔNICA DE MESA - Especificação : CALCULADORA DE MESA 12 DÍGITOS, VISOR INCLINADO MÓVEL, FORMATO HORIZONTAL, BATERIA SOLAR, COM TECLAS DE ARREDONDAMENTO DE NÚMEROS, RAIZ QUADRADA, PORCENTAGEM, GRADE TOTAL, MEMÓRIA, RETORNO DE DÍGITOS. UTILIZA BATERIA AG13 COM DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO.	10	10	15	5	-	-	20	20	40	60	60	240	UNIDADE	R\$ 25,59	R\$ 6.141,60
14	PRANCHETA ACRÍLICA TRANSPARENTE	20	10	60	10	-	-	60	40	100	300	60	660	UNIDADE	R\$ 14,47	R\$ 9.550,20

Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CE
CNPJ n.º 07.728.421/0001-82 – CGF. n.º 06.920.284-2
Paço Municipal – Edifício Francisco França Cambraia –
Avenida Francisco França Cambraia, n.º 265, Bairro Centro – CEP 63.600-000





Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



15	TAMANHO 24 X 34 CM CLIPS 2/0 EM AÇO GALVANIZADO COM 100UND	100	40	100	5	5	10	20	40	100	200	120	740	CAIXA	R\$ 3,40	R\$ 2.516,00
16	CLIPS 8/0 EM AÇO GALVANIZADO COM 100 UNIDADES	20	25	75	30	-	10	20	40	40	40	40	340	CAIXA	R\$ 6,40	R\$ 2.176,00
17	CLIPS 6/0 EM AÇO GALVANIZADO COM 100 UNIDADES.	20	25	75	30	-	10	-	20	20	80	40	320	CAIXA	R\$ 2,78	R\$ 889,60
18	LIVRO DE PONTO 200 FLS	-	12	24	10	-	-	-	-	20	20	20	106	UNIDADE	R\$ 34,25	R\$ 3.630,50
19	PAPEL OFICIO A4 COM 10 RESMAS COM 500 FOLHAS CADA	300	20	100	100	15	10	20	20	30	30	20	665	CAIXA	R\$ 237,67	R\$ 158.050,55
20	COLA COLORIDA 25G, LAVAVEL, NAO TOXICA, NAO ENFLAMAVEL COM 04 UNIDADES...	-	20	400	10	-	-	-	-	20	100	100	550	CAIXA	R\$ 7,67	R\$ 4.218,50
21	FITA EMPACOTAMENTO TRANSPARENTE 45X45	100	30	120	20	5	-	20	20	100	60	40	515	UNIDADE	R\$ 11,02	R\$ 5.675,30
22	CAIXA ARQUIVO DM POLIONDO MEDIA 365 X 140 X 255MM.	500	30	60	300	-	-	-	40	120	200	120	1370	UNIDADE	R\$ 6,83	R\$ 9.357,10
23	PASTA SUSPENSÃO EM PAPELARIA.	200	500	5000	100	-	-	400	400	1000	3000	1200	11800	UNIDADE	R\$ 3,43	R\$ 40.474,00
24	REGISTRADOR AZ LOMBO C/FERRAGEM E OLHAL NIQUELADO, C/ETIQUETA, E	3000	30	50	200	-	400	20	60	100	240	120	4220	UNIDADE	R\$ 11,99	R\$ 50.597,80

CDM
Fls 317
M
Rubrica

Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CE
CNPJ n.º 07.728.421/0001-82 – CGF. n.º 06.920.284-2
Paço Municipal – Edifício Francisco França Cambraia –
Avenida Francisco França Cambraia, n.º 265, Bairro Centro – CEP. 63.600-000



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



25	TRAVAMENTO BARBANTE DE SISAL NATURAL FINO 2MM, ROLO COM 500M/1KG	5	10	20	10	-	-	10	-	20	10	10	95	ROLO	R\$ 23,74	R\$ 2.255,30
26	ESTOJO DE CANETAS HIDROGRAFICAS, PONTA GROSSA, COM 06 UNIDADES.	20	30	250	10	-	-	-	-	-	-	40	350	ESTOJO	R\$ 9,02	R\$ 3.157,00
27	LAPIS DE COR LONGO, PONTA RESISTENTE, NAO TOXICO, FACIL DE APONTAR CAIXA C/12UND	-	30	400	10	-	-	-	-	20	-	60	520	CAIXA	R\$ 5,81	R\$ 3.021,20
28	PINCEL PARA QUADRO BRANCO.	20	20	140	-	-	-	-	-	10	10	10	210	UNIDADE	R\$ 6,35	R\$ 1.333,50
29	EXTRATOR PARA GRAMPOS	30	10	30	10	-	-	20	-	20	40	20	200	UNIDADE	R\$ 4,76	R\$ 952,00
30	TESOURA MULTUISO COM CABO PLASTICO, FORMATO ANATOMICO, EM AÇO INOXIDAVEL MEDINDO 21CM	10	12	18	5	-	-	8	10	20	40	20	143	UNIDADE	R\$ 17,85	R\$ 2.552,55
31	ALMOFADA PARA CARIMBO EM PLASTICO COM ESPONJA REVESTIDA. ABSORVENTE, MEDINDO 12,0CM X 9,0CM, PARA TINTA AZUL.	10	10	20	6	-	-	10	20	40	200	40	356	UNIDADE	R\$ 5,10	R\$ 1.815,60
32	PERCEVEJO LATONADO CAIXA COM 100 UNIDADES.	20	10	45	10	-	-	-	-	20	20	20	145	CAIXA	R\$ 5,62	R\$ 814,90



Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CE
CNPJ n.º 07.728.421/0001-82 - CGF n.º 06.920.284-2
Paço Municipal - Edifício Francisco França Cambraia -
Avenida Francisco França Cambraia, n.º 265, Bairro Centro - CEP 63.600-000



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



33	REGUA CRISTAL 30 CM	20	10	110	10	-	-	-	20	40	300	40	40	550	UNIDADE	R\$ 1,65	R\$ 907,50
34	RÉGUA CRISTAL 50 CM	20	6	18	5	-	-	-	-	20	40	20	20	129	UNIDADE	R\$ 3,06	R\$ 394,74
35	CADERNO BROCHURA COM 60 FOLHAS	-	50	450	100	-	-	-	-	-	40	60	20	720	UNIDADE	R\$ 4,61	R\$ 3.319,20
36	LIVRO DE PROTOCOLO DE CORRESPONDENCIA C/100 FILHAS, PLASTIFICADO COM PAPEL 90G	30	10	10	10	-	-	-	-	40	80	40	-	220	UNIDADE	R\$ 14,29	R\$ 3.143,80
37	PAPEL SEDA, CORES VARIADAS.	-	50	350	200	-	-	-	-	-	-	160	-	760	UNIDADE	R\$ 1,07	R\$ 813,20
38	CARTOLINA DUPLA FACE 50X66 180GR CORES VARIADAS	-	50	650	100	-	-	-	-	40	60	100	-	1000	FOLHA	R\$ 1,17	R\$ 1.170,00
39	GRAMPEADOR METAL. 26/6 PARA 50 FOLHAS	30	-	-	10	-	-	-	20	20	60	24	-	164	UNIDADE	R\$ 41,21	R\$ 6.758,44
40	PISTOLA PARA COLA QUENTE GROSSA 40W 110/220V	5	-	-	-	-	-	-	-	-	40	40	-	125	UNIDADE	R\$ 25,89	R\$ 3.236,25
41	BASTÃO DE COLA QUENTE GROSSA 1KG	5	-	-	-	-	-	-	-	-	60	60	-	185	PACOTE	R\$ 34,83	R\$ 6.443,55
42	PAPEL COLORS A4 , 75G CORES VARIADAS. COM 100UND	50	-	-	25	-	-	-	-	-	-	20	-	95	PACOTE	R\$ 7,83	R\$ 743,85
43	PAPEL COUCHE BRILHO 180G A4 21X29,7 CM 50FL	10	-	-	10	-	-	-	-	-	-	60	-	80	CAIXA	R\$ 31,21	R\$ 2.496,80
44	PAPEL 40K A4 120G BRANCO COM 50FL	50	-	-	10	-	-	-	-	-	-	60	-	120	PACOTE	R\$ 11,27	R\$ 1.352,40
45	FITA ADESIVA TRANSPARENTE	20	-	-	20	-	-	-	-	-	20	20	-	100	ROLO	R\$ 2,90	R\$ 290,00



Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CE
CNPJ nº 07.728.421/0001-82 - CGPJ nº 06.920.284-2
Paço Municipal - Edifício Francisco França Cambraia -
Avenida Francisco França Cambraia, nº 265, Bairro Centro - CEP 63.600-000



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



46	24MMX50M - 3M ETIQUETA INKJET +, LASER PAPEL CARTA, TAM 33,9mmX101,6mm SIMILAR/PIMACO BIC, EMBALAGEM COM 100 FOLHAS E 1.400 ETIQUETAS.	50	-	10	-	-	-	40	40	40	40	180	PACOTE	R\$ 76,03	R\$ 13.685,40
47	BORRACHA PONTEIRA CAIXA COM 100 UNID	5	5	20	-	-	-	2	2	4	2	40	PACOTE	R\$ 18,93	R\$ 757,20
48	COLA GLITER ESTOJO NAO TOXICO COM 6 UNIDADES	-	15	200	10	-	-	-	20	-	120	365	ESTOJO	R\$ 14,28	R\$ 5.212,20
49	COLA DE CONTATO MULTUSO 75G .	5	5	10	10	-	-	-	60	40	60	190	UNIDADE	R\$ 12,30	R\$ 2.337,00
50	PASTA COM ABA ELASTICO PLASTICO UNIDADE 2CM	20	50	400	100	-	-	40	100	200	100	1050	UNIDADE	R\$ 3,22	R\$ 3.381,00
51	MASSA DE MODELAR CAIXA COM 12 UNIDADES, CORES VARIADAS	-	30	320	20	-	-	-	40	-	40	450	CAIXA	R\$ 8,24	R\$ 3.708,00
52	LAPIS PRETO REDONDO Nº 2 HB CAIXA COM 144 UNIDADES	5	4	26	10	2	10	-	2	4	2	65	CAIXA	R\$ 41,88	R\$ 2.722,20
53	ENVELOPE SACO OURO 37X45 (PACOTE COM 100 UNIDADES)	-	6	24	5	-	10	-	4	12	6	79	PACOTE	R\$ 41,30	R\$ 3.262,70
54	ENVELOPE SACO OURO 26X36(PACOTE COM 100 UNIDADES)	-	6	20	5	-	10	-	-	4	4	53	PACOTE	R\$ 33,13	R\$ 1.755,89
55	ENVELOPE SACO OURO	-	-	-	10	4	10	-	-	2	4	32	PACOTE	R\$ 31,38	R\$ 1.004,16

Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CE
CNPJ nº 07.728.421/0001-82 - CGF nº 06.920.284-2
Paço Municipal - Edifício Francisco França Cambraia -
Avenida Francisco França Cambraia, nº 265, Bairro Centro - CEP 63.600-000



[Handwritten signature]



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



56	TAMANHO A4 22X32CM (PACOTE COM 100 UNIDADES)	-	-	-	-	-	-	-	4	2	4	20	PACOTE	R\$ 22,99	R\$ 459,80
57	ENVELOPE SACO OURO TAMANHO A4 23X16CM (PACOTE COM 100 UNIDADES)	10	35	315	20	5	20	100	60	300	100	965	UNIDADE	R\$ 2,00	R\$ 1.930,00
58	COLA BRANCA 90G NAO TOXICA, LAVAVEL E BASE DE AGUA	20	-	-	-	-	-	10	10	40	10	110	PACOTE	R\$ 26,24	R\$ 2.886,40
59	LIGA ELASTICO LATEX AMARELA 1KG.	10	6	45	-	-	-	4	4	24	10	113	CAIXA	R\$ 20,15	R\$ 2.276,95
60	CORRETIVO LIQUIDO A BASE DE AGUA 18ML CX C/12 UNIDADES	20	-	-	10	-	-	12	12	120	60	258	UNIDADE	R\$ 25,93	R\$ 6.689,94
61	LIVRO DE CAPA DURA C/ 200 FOLHAS	20	-	-	-	-	-	-	-	2	4	28	CAIXA	R\$ 25,30	R\$ 708,40
62	BORRACHA BRANCA ESCOLAR CAIXA COM 60 UNIDADES	30	6	40	-	-	-	-	-	-	-	76	CAIXA	R\$ 6,27	R\$ 476,52
63	APONTADOR SIMPLES CX C/12 UNIDADES - Especificação : APONTADOR SIMPLES EM PLASTICO COM 01 FURO SEM DEPOSITO. CX C/12 UNIDADES	10	25	75	5	5	10	-	-	-	-	130	CAIXA	R\$ 2,52	R\$ 327,60



Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CE
CNPJ n.º 07.728.421/0001-82 - CGF n.º 06.920.284-2
Paço Municipal - Edifício Francisco França Cambraia -
Avenida Francisco França Cambraia, n.º 265, Bairro Centro - C.F.P. 63.600-000

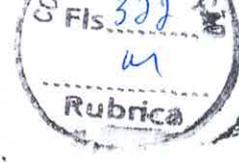


Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



64	FITA GOMADA.	50	40	330	20	-	20	-	80	20	60	100	40	680	UNIDADE	R\$ 10,40	R\$ 7.072,00
65	LAPISEIRA 0,7	30	-	-	-	-	-	-	-	-	60	-	-	170	UNIDADE	R\$ 2,28	R\$ 387,60
66	CAIXA DE CORRESPONDENCIA EM POLIESTIRENO TRIPLA ARTICULAVEL FUME	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	UNIDADE	R\$ 73,80	R\$ 1.476,00
67	CAIXA DE CORRESPONDENCIA EM POLIESTIRENO DUPLA ARTICULAVEL FUME	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	UNIDADE	R\$ 51,83	R\$ 1.036,60
68	TINTA PARA ALMOFADA AZUL	20	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3	UNIDADE	R\$ 4,39	R\$ 100,97
69	TINTA PARA CARIMBO GRAMPO TRILHO	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	35	PACOTE	R\$ 4,42	R\$ 13,26
70	PLASTICO PRETO 80MM P/ 200 FOLHAS PCT COM 50 UNIDADES	-	10	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	PACOTE	R\$ 9,25	R\$ 323,75
71	TINTA GUACHE COM 06 POTES 15 MIL. CADA, NÁ TÓXICA, SOLÚVEL EM ÁGUA	-	20	340	20	-	-	-	-	-	20	20	60	480	UNIDADE	R\$ 6,63	R\$ 3.182,40
72	CADERNO DE DESENHO COM 48 FOLHAS 200 X 275MM	-	50	550	10	-	-	-	-	-	30	10	30	680	UNIDADE	R\$ 8,97	R\$ 6.099,60
73	PAPEL DUPLEX 48X66 CORES VARIADAS	-	50	400	20	-	-	-	-	-	-	-	200	670	UNIDADE	R\$ 1,28	R\$ 857,60
74	PAPEL MADEIRA 66 X 96 KRAFT OURO 80G	-	50	450	30	-	-	-	-	-	-	100	100	830	FOLHA	R\$ 0,96	R\$ 796,80

Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CIE
CNPJ n.º 07.728.421/0001-82 – CCI nº 06.920.284-2
Paço Municipal – Edifício Francisco França Cambraia –
Avenida Francisco França Cambraia, n.º 265, Bairro Centro – CEP 63.600-000





Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



75	FITA DECORATIVA LISA PARA PRESENTE. ROLO MED. 16MM X 50M, CORES VARIADAS.	-	15	30	10	-	-	-	-	40	-	60	155	ROLO	R\$ 6,27	R\$ 971,85
76	FITA DECORATIVA LISA PARA PRESENTE. ROLO MED. 20MM X 50M, CORES VARIADAS.	-	15	30	20	-	-	-	-	-	-	40	105	ROLO	R\$ 7,07	R\$ 742,35
77	PINCEL PARA TINTA GUACHE N°0	-	20	250	10	-	-	-	-	-	-	40	320	UNIDADE	R\$ 1,99	R\$ 636,80
78	PAPEL CREPOM 48X2 CORES VARIADAS	-	20	300	50	-	-	-	-	-	-	120	490	UNIDADE	R\$ 1,25	R\$ 612,50
79	FOLHA DE E.V.A 40X60CM, CORES LISAS E VARIADAS.	-	30	250	100	-	-	-	-	120	120	360	980	UNIDADE	R\$ 3,09	R\$ 3.028,20
80	FOLHA DE ISOPOR 100 X 50CM, 10MM DE ESPESSURA.	-	12	48	50	-	-	-	-	-	-	-	110	UNIDADE	R\$ 2,47	R\$ 271,70
81	COLA SILICONE QUENTE BASTÃO FINO	50	50	350	10	-	-	-	-	20	-	80	560	UNIDADE	R\$ 0,67	R\$ 375,20
82	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 23/8 8MM, GALVANIZADO CAIXA COM 500 UNIDADES - Especificação : GRAMPO PARA GRAMPEADOR 23/8 8MM, GALVANIZADO CAIXA COM 500 UNIDADES	-	-	-	30	-	-	-	20	20	20	20	130	CAIXA	R\$ 5,99	R\$ 778,70
83	PINCEL PARA TINTA GUACHE N°6	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	180	190	UNIDADE	R\$ 3,70	R\$ 703,00
84	CARTOLINA DUPLA FACE	-	-	-	100	-	-	-	-	60	40	60	260	FOLHA	R\$ 0,75	R\$ 195,00



Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CIE
CNPJ n.º 07.728.421/0001-82 - CGF n.º 06.920.284-2
Paço Municipal - Edifício Francisco França Cambraia -
Avenida Francisco França Cambraia, n.º 265, Bairro Centro - CEP 63.600-000



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



50X66 180GR COM ESTAMPA	-	-	-	-	-	-	-	-	40	40	40	220	UNIDADE	R\$ 5,38	R\$ 1.183,60
FOLHA DE E.V.A 40X60CM, COMESTAMPA	-	-	-	-	-	-	-	60	120	120	60	1520	UNIDADE	R\$ 2,87	R\$ 4.362,40
PASTA COM ABA ELASTICA PAPEL UNIDADE	-	100	500	-	-	-	-	-	4	-	10	38	ROLO	R\$ 72,96	R\$ 2.772,48
TECIDO TNT, ROLOS DE 1,40M X 50M, CORES VARIADAS	-	6	8	10	-	-	-	-	60	40	100	480	TUBO	R\$ 4,70	R\$ 2.256,00
COLA ISOPOR A BASE DE PVC 90G	-	20	240	20	-	-	-	-	200	-	120	420	PACOTE	R\$ 49,10	R\$ 20.622,00
PAPEL CELOFONE TRANSPARENTE 70X89CM, COM 5UND	-	-	-	100	-	-	-	-	-	-	-	17	UNIDADE	R\$ 31,17	R\$ 529,89
LIVRO DE MATRICULA COM 100 FOLHAS NUMERADAS	-	-	-	17	-	-	-	-	-	-	-	100	UNIDADE	R\$ 0,72	R\$ 72,00
PASTA DE MATRICULA DO ALUNO - CORES VARIADAS	-	-	-	100	-	-	-	2	6	20	6	36	CAIXA	R\$ 29,12	R\$ 1.048,32
CARBONO UMA FACE CAIXA COM 100 UNIDADES	-	-	-	-	-	-	-	80	-	-	-	140	CAIXA	R\$ 38,42	R\$ 5.378,80
GRANFITE PARA LAPISEIRA 0.7 CAIXA COM 12 TUBOS	-	-	-	-	-	-	-	-	100	100	100	300	UNIDADE	R\$ 4,67	R\$ 1.401,00
FOLHA DE ISOPOR 100X50CM, 100MM DE ESPESSURA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	115	CAIXA	R\$ 42,30	R\$ 4.864,50
CANETA ESFEROGRAFICA (PRETA) - Especificação : CANETA ESFEROGRAFICA	20	15	30	20	-	-	-	10	2	6	6	6	CAIXA	R\$ 42,30	R\$ 4.864,50

Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CE
CNPJ nº 07.728.421/0001-82 - CGF nº 06.920.284-2
Paço Municipal - Edifício Francisco França Cambrata -
Avenida Francisco França Cambrata, nº 265, Bairro Centro - CEP: 63.600-000





Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



	(PRETA) ESPECIFICAÇÃO: CANETA ESFEROGRAFICA PLASTICO, CORPO TRANSPARENTE, HEXAGONAL, PONTA COM ESFERA DE TUNGSTENIO DE IMM, LARGURA DA LINHA 0,4MM, CORPO E TAMPA DA CANETA VENTILADOS	20	15	20	30	-	-	-	60	80	20	245	PACOTE	R\$ 11,18	R\$ 2.739,10
96	PILHA ALCALINA PALITO AAA PACOTE COM 04 UNIDADES	20	15	20	30	-	-	-	40	40	20	185	PACOTE	R\$ 9,61	R\$ 1.777,85
97	PILHA ALCALINA COMUM AAA PACOTE COM 04 UNIDADES	20	15	20	30	-	-	-	-	-	-	10	UNIDADE	R\$ 268,00	R\$ 2.680,00
98	QUADRO BRANCO COM ESTRUTURA METÁLICA MEDINDO 1,50 X 1,20.	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL GLOBAL ESTIMADO														R\$ 531.558,61	



Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CE:
CNPJ n.º 07.728.421/0001-82 – CGF n.º 06.920.284-2
Paço Municipal – Edifício Francisco França Cambraia –
Avenida Francisco França Cambraia, n.º 265, Bairro Centro – CEP 63.600-000



2.0-DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão pela fonte de recursos do(s) órgão(s) / entidade(s) participante(s) do SRP (Sistema de Registro de Preços), a ser informada quando da lavratura do instrumento de contrato.

3.0-DO CREDENCIAMENTO

3.1-Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

3.2-Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

3.3- É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

3.4-Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

3.5-O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

3.6- O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil, conforme anexo.

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil, conforme anexo e

c) Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante. "A empresa participante do certame não deve ser identificada".

O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, anexo 04

3.7 - microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1-O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- abrir as propostas de preços;
- analisar a aceitabilidade das propostas;
- desclassificar propostas indicando os motivos;



- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

5.0-CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES:

5.1 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 4.6 "a", com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br e/ou www.bllcompras.com.

5.2 - A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.3 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

5.4 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

5.5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO:

5.7 - A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

5.8 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

5.9 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.10 - Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

5.11 - Não haverá itens para participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.



5.12 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

(Explicação: Nos termos do art. 3º, §3º da Lei n. 8.248/1991, a aquisição de bens e serviços de informática e automação, considerados como bens e serviços comuns, poderá ser realizada na modalidade pregão, restrita às empresas que cumpram o Processo Produtivo Básico).

5.13 - Não poderão participar desta licitação os interessados:

- 5.13.A - proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 5.13.B - que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 5.13.C - estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 5.13.D - que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 5.13.E - que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 5.13.F - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.14 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil ou pelo e-mail contato www.bll.org.br e/ou www.bllcompras.com.

6.0 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1- Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.1. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 7.1.0. Valor unitário;
- 7.1.1. Marca;



- 7.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 7.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema BLL, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.
- 7.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.7.0. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 8.2.0. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.5.0. O lance deverá ser ofertado pelo menor preço GLOBAL por ITEM.
- 8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



- 8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.8. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO E FECHADO**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.11.0. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.12.0. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 8.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.18. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



- 8.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.25. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 8.26. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 8.27. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 8.27.0. no país;
- 8.27.1. por empresas brasileiras;
- 8.27.2. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.27.3. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 8.28. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 8.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 8.29.0. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.29.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 8.31. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.
- 8.31.1. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência



previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

8.31.2. Quando aplicada a margem de preferência a que se refere o Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, não se aplicará o desempate previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.

8.32. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

8.32.1. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (**Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário**), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.7. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

9.7.1. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

9.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

9.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.



9.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

10.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



10.5. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.6. HABILITAÇÃO:

10.6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.6.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.6.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.6.1.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.6.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.6.1.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.6.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.6.1.8. Cédula de identidade do responsável legal ou signatário da proposta.

10.7. PROVA DE INSCRIÇÃO E REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

10.7.1. PROVA DE INSCRIÇÃO:

10.7.1.1. Fazenda Federal (CNPJ);

10.7.1.2. Fazenda Estadual (CGF) no caso de fornecimento de produtos;

10.7.1.4. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.7.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

10.7.2.1. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.

10.7.2.1.1. A comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida nos moldes da Portaria Conjunta PGFN/RFB n° 1.751, de 02.10.2014;

10.7.2.1.2. A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

10.7.2.1.3. A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal da sede do licitante;

10.7.2.2. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação - CRS e;



10.7.2.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, por imposição legal da Lei nº 12.440/11.

10.7.2.4. Declaração expressa de que atende ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo deste edital.

10.7.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.7.3.1. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante fornece ou forneceu produtos da mesma categoria dos itens constantes desta licitação.

10.7.3.1.1. Em havendo dúvida acerca da veracidade do documento, o Pregoeiro e Equipe de Apoio, poderão promover diligência junto a emitente, a fim de comprovar a veracidade do Atestado de Capacidade Técnica em questão, e:

10.7.3.1.1.1. Constatada a veracidade, será confirmada a habilitação da licitante;

10.7.3.1.1.2. Constatada a não veracidade, a licitante será inabilitada, sendo o fato encaminhado à Procuradoria Geral do Município para que seja aberto processo administrativo, e comprovado o dolo, aplicadas as sanções administrativas cabíveis, conforme a legislação vigente.

10.7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

10.7.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo Distribuidor Judicial da sede da PROPONENTE, Justiça Ordinária;

10.7.4.2 - Balanço Patrimonial e demonstrativos contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

Observações: serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a.1) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): - publicados em Diário Oficial ou publicados em jornal de grande circulação;

a.2) Sociedades Limitadas (LTDA): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou fotocópia do Balanço, Demonstrações Contábeis e os Termos de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

a.3) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123 - Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de: Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou - fotocópia do Balanço, Demonstrações Contábeis e os Termos de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;



a.4) Sociedade criada no exercício em curso: - fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

a.5) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

a.6) Os licitantes deverão comprovar a boa situação financeira através dos índices abaixo, uma vez que, não ferem ao disposto no art. 31, da Lei 8.666/1993 e foram estabelecidos em valores extremamente razoáveis para avaliar a qualificação econômico-financeira dos licitantes, a ser demonstrada pelo Balanço Patrimonial e será ratificada através dos seguintes índices:

$LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} = \text{maior ou igual a } 1,00;$

$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante (ELP)}$

O índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade de pagamento a curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa.

$LC = \text{Ativo Circulante} = \text{maior ou igual a } 1,00;$

$\text{Passivo Circulante}$

O índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das atividades da empresa.

$SG = \text{Ativo Total} = \text{maior ou igual a } 1,00$

$\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante (ELP)}$

O grau de solvência demonstra a capacidade da empresa em liquidar suas obrigações no caso de falência. Se o índice for maior que 1,00 pode-se dizer que a empresa é solvente, quer dizer que o Exigível não pode ser maior que o Ativo ou Passivo Total.

b) Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 31, § 5º, da Lei 8.666/93, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, foram estabelecidos observando valores usualmente adotados para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis.

10.7.4.2.1 - Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais.



10.7.4.2.2 -A licitante deverá fornecer, a título de informação, número de telefone, fax, e pessoa de contato, preferencialmente local e as fotos externas e internas do seu estabelecimento. Por não tratar-se de exigências previstas em lei, a ausência desses dados não a tornará inabilitada.

10.7.4.3. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.7.4.4. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.7.4.5. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.7.4.6. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.7.4.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.7.4.8. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.7.4.9. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.7.4.10. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.7.4.11. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.7.4.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.



- 11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 11.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS

- 12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos



termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO E DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - A adjudicação dar-se-á pelo pregoeiro quando não ocorrer interposição de recursos. Caso contrário, a adjudicação ficará a cargo da autoridade competente;

14.2 - A homologação dar-se-á pela autoridade competente.

14.3 - Após a homologação do resultado da licitação, os preços ofertados pelos licitantes vencedores dos lotes, serão registrados na Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o anexo VI deste edital.

14.4 - Os licitantes classificados em primeiro lugar terão o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da convocação, para comparecerem perante ao gestor a fim de assinarem a Ata de Registro de Preços. O prazo de comparecimento poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito.

14.5 - Quando o vencedor não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preços.

14.6 - O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - A **Secretaria de Saúde** será o órgão gestor da Ata de Registro de Preços de que trata este edital.

15.2 - A Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o anexo IV, será assinada pelo(a) Ordenador(a) da **Secretaria de Saúde**, órgão gestor do Registro de Preços ou, por delegação, por seu substituto legal, e demais órgãos participantes, e pelos representantes de cada um dos fornecedores legalmente credenciados e identificados.

15.3 - Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão aqueles ofertados nas propostas de preços dos licitantes vencedores.

15.4 - A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de procedimento de licitação, respeitados os dispositivos da Lei Federal 8.666/1993, sendo assegurado ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

15.5 - O participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), quando necessitar, efetuará aquisições junto aos fornecedores detentores de preços registrados na Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos e especificações previstos, durante a vigência do documento supracitado.

15.6 - Os fornecedores detentores de preços registrados ficarão obrigados a fornecer o objeto licitado ao participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), nos prazos a serem definidos no instrumento contratual e nos locais especificados no anexo A do Termo de Referência deste edital.

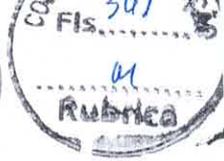
15.7 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, na condição de órgão Interessado, mediante consulta prévia ao órgão gestor do Registro de Preços e concordância do fornecedor..



- 15.8- Os órgãos interessados, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gestor do Registro de Preços, o qual indicará o fornecedor e o preço a ser praticado.
- 15.9- As contratações decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços de que trata este subitem não poderão exceder, por órgão Interessado, ao somatório dos quantitativos registrados na Ata.
- 15.10- Caberá ao órgão gestor do Registro de Preços, para utilização da Ata por órgãos interessados da Administração Pública, proceder à indicação do fornecedor detentor do preço registrado, obedecida a ordem de classificação.
- 15.11- O detentor de preços registrados que descumprir as condições da Ata de Registro de Preços recusando-se a fornecer o objeto licitado ao participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), não aceitando reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado, ou nos casos em que for declarado inidôneo ou impedido para licitar e contratar com a Administração pública, e ainda, por razões de interesse público, devidamente fundamentado, terá o seu registro cancelado.
- 15.12- A **Secretaria de Saúde** providenciará a publicação do extrato da Ata do Registro de Preços na Imprensa Oficial da Prefeitura de Senador Pompeu.
- 15.13- Os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados.
- 15.14- A **Secretaria de Saúde** convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
- 15.15- Não havendo êxito nas negociações com os fornecedores com preços registrados, o gestor da Ata, poderá convocar os demais fornecedores classificados, podendo negociar os preços de mercado, ou cancelar o item, ou ainda revogar a Ata de Registro de Preços.
- 15.16- Serão considerados preços de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Administração para os itens registrados.
- 15.17- As alterações dos preços registrados, oriundas da revisão dos mesmos, serão publicadas na imprensa oficial do Município.
- 15.18- As demais condições contratuais se encontram estabelecidas no Anexo VI - Minuta da Ata de Registro de Preços.
- 15.19- As quantidades previstas no Anexo I - Termo de Referência deste edital, são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração Municipal, através do órgão participante, o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

16. DO TERMO DE CONTRATO

- 16.1- Durante o prazo de validade do registro de preços, as empresas detentoras poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste Edital e nas determinações contidas na legislação pertinente.
- 16.2- Aplica-se às contratações de fornecimento decorrentes de registro de preços o disposto no Capítulo III da Lei Federal n.º 8.666/93, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.



16.3-O detentor dos preços registrados terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1-Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da detentora dos preços registrados, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2-O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do detentor dos preços registrados e aceite pela Administração.

16.3-A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4-O prazo de vigência da contratação é data de assinatura do contrato até 31 de dezembro do exercício, desde que vigente prazo de validade da Ata de Registro de Preços;

16.5-Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, atendido os critérios no item 21 deste edital, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17.0 DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

17.1-Os preços são firmes e irrevogáveis.

18.0 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1-Os produtos deverão ser entregues de acordo com as solicitações das secretarias contratante, a partir do recebimento da Ordem de Compra, no prazo máximo de **10 (dez) dias**, contados a partir da solicitação, nos quantitativos de acordo com a necessidade do órgão e rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas na proposta vencedora e neste edital, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

18.2-Os produtos entregues pela licitante vencedora estarão sujeitos à aceitação plena pelo órgão receptor.

18.3-A autoridade superior competente do órgão de origem desta licitação designará uma Comissão de Recebimento, cujo propósito será a conferência do produto entregue com as especificações contidas na proposta de preços da Contratada. Caso o produto entregue esteja em desacordo com as especificações contidas na proposta de preços, a Comissão rejeitará o recebimento do mesmo.

18.4-A Contratada ficará obrigada a trocar, imediatamente, sem ônus para a origem desta licitação, o produto que vier a ser recusado.

18.5-O pagamento será efetuado mensalmente após a emissão de empenho e deverá ocorrer em até de 30 (trinta) dias da data do recebimento definitivo do produto, acompanhado das respectivas Notas Fiscais e de Empenho.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1 - A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.2-Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;



- 19.3-Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 19.4-Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

20. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 20.1-Entregar os produtos objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste Edital, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- 20.2-Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 20.3-Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 20.4-Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.

21. DO PAGAMENTO

- 21.1-O pagamento será efetuado mensalmente após a emissão de empenho e deverá ocorrer em até de 30 (trinta) dias da data do recebimento definitivo do produto, acompanhado das respectivas Notas Fiscais e de Empenho.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 22.1-Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo;

22.2-As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

22.3-Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.4-O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.5-Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

22.6-Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.7-Impedimento de licitar e de contratar com a Prefeitura Municipal de SENADOR POMPEU - Ceará, pelo prazo de até cinco anos;

22.8-Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.9-A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.



22.10-Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.11-A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.12-O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.13-Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.14-A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22.15-A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.16-As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1- Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

23.2-A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

23.3-Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

23.4-Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1-Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2-A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: cplsenadorp@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Francisco França Cambraia, s/n, Centro - Senador Pompeu/CE.

24.3-Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4-Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5-Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.



24.6-O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

24.7-As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.8-A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.9-As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1-Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2-Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3-Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4-No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5-A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6-As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7-Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8-Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9-O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10-Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11-O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bll.org.br e/ou www.bllcompras.com, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.12-Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- | | |
|--------------|--------------------------------------|
| a) ANEXO I | Termo de Referência; |
| b) ANEXO II | Modelo de proposta; |
| c) ANEXO III | Termo de Adesão – BLL; |
| d) ANEXO IV | Custo pela utilização do sistema; |
| e) ANEXO V | Declaração Inidoneidade; |
| f) ANEXO VI | Minuta da Ata de Registro de Preços; |
| g) ANEXO VII | Declaração menor de idade; |



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



- h) ANEXO VIII Declaração ME/EPP;
i) ANEXO IX Minuta de Contrato;
j) ANEXO X Declaração de Conhecimento e Obediência as Cláusulas do Edital.

SENADOR POMPEU - Ceará, 10 DE fevereiro DE 2021.

José Higo dos Reis Rocha
JOSÉ HIGO DOS REIS ROCHA
Presidente da CPL



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



ANEXO 01 - TERMO DE REFERÊNCIA.

TERMO DE REFERÊNCIA.

OBJETO / JUSTIFICATIVA: O presente Pregão tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS UNIDADES GESTORAS DE SENADOR POMPEU/CE, conforme condições e especificações constantes no Edital e neste termo de referência.

1.0-DA APRESENTAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A SECRETARIA DE SAÚDE; SECRETARIA DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE, SECRETARIA DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO, SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, SECRETARIA DE AGRICULTURA, RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE do Município de SENADOR POMPEU apresenta o Termo de Referência visando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS UNIDADES GESTORAS DE SENADOR POMPEU/CE**, e determina as normas e condições gerais para elaboração de edital e suas minutas.

A Licitação fundamentar-se-á nas Leis:
Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações;
Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações;
Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012;
Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro e 2013;
Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;





Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



2.0-JUSTIFICATIVA TÉCNICA

A Administração Pública Municipal de Senador Pompeu, diante de suas obrigações institucionais, considerando ainda a necessidade para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS UNIDADES GESTORAS DE SENADOR POMPEU/CE.

A essencialidade do objeto em questão é de tamanha valia para o bom andamento das atividades e por este motivo, é imprescindível ao serviço Público Municipal de Senador Pompeu. Caso o objeto em comento não seja adquirido, certamente traria sérios prejuízos à máquina pública e ao serviço público como um todo. Os produtos em questão deverão ser adquiridos de empresas especializadas que efetivamente comercializem os itens em questão, primando pelo princípio da especificidade do ramo de atividade.

Portanto, resta justificada a necessidade da presente aquisição.

3.0 TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	SECRETARIAS										QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$	
		FIN	ASSIST SEC	ASSIST FUNDO	EDUCAC SEC	INFRA SEC	AGRIC SEC	SAUDE VIG	SAUDE COVID	SAUDE SEC	SAUDE PAB					SAUDE MAC
1	CANETA ESFEROGRAFICA ESCRITA AZUL FINA 07 - Especificação: CANETA ESFEROGRAFICA ESCRITA (AZUL) FINA 07. ESPECIFICAÇÕES: CANETA ESFEROGRAFICA ESCRITA FINA COR AZUL, CORPO EM MATERIAL PLÁSTICO TRANSPARENTE, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 140 MM GRAVADO NO CORPO A MARCA DO FABRICANTE/LOTE VI EXPEDIENTE DIVER. CAIXA COM 50 UNIDADES	30	15	30	20	3	10	2	2	4	16	6	138	CAIXA	R\$ 43,87	RS 6.054,06
2	CANETINHAS PONTAS POROSA CORES VARIADAS, ESTOJO COM 12 CORES - Especificação: CANETINHAS PONTAS POROSA CORES VARIADAS, ESTOJO COM 12 CORES	-	30	250	20	-	-	-	-	4	6	20	330	ESTOJO	R\$ 15,80	RS 5.214,00



Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CE
CNPJ nº 07.728.421/0001-82 - CGF nº 06.920.284-2
Paço Municipal - Edifício Francisco França Cambrata -
Avenida Francisco França Cambrata, nº 265, Bairro Centro - CEP 63.600-000



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



3	PINCEL ATOMICO	20	20	180	30	-	20	20	40	40	80	200	80	690	UNIDADE	RS 5,50	RS 3.795,00
4	MARCA TEXTO	200	30	120	100	5	40	40	40	40	80	240	100	995	UNIDADE	RS 2,47	RS 2.457,65
5	GIZ DE CERA CAIXA COM 12 UNIDADES - Especificação : GIZ DE CERA CAIXA COM 12 UNIDADES.	-	50	400	20	-	-	-	-	-	40	10	80	600	CAIXA	RS 4,90	RS 2.940,00
6	ESTILETE LAMINA LARGA, CORPO DE ACRILICO COM SISTEMA DE TRAVA - Especificação : ESTILETE LAMINA LARGA, CORPO DE ACRILICO COM SISTEMA DE TRAVA.	30	12	60	10	-	10	-	-	-	40	60	40	262	UNIDADE	RS 4,38	RS 1.147,56
7	GRAMPEADOR METAL 26/6 PARA 25 FOLHAS - Especificação : GRAMPEADOR METAL 26/6 PARA 25 FOLHAS.	40	12	30	15	-	6	-	40	40	40	40	40	263	UNIDADE	RS 22,00	RS 5.786,00
8	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 GALVANIZADO CAIXA COM 5.000 UNIDADES - Especificação : GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 GALVANIZADO CAIXA COM 5.000 UNIDADES	100	15	35	40	-	15	20	40	40	80	300	120	765	CAIXA	RS 7,06	RS 5.400,90
9	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA 13 CM COM CABO PLASTICO, FORMATO ANATOMICO/LAMINA EM AÇO INOXIDAVEL	-	30	250	20	-	-	-	-	-	60	60	100	520	UNIDADE	RS 4,15	RS 2.158,00
10	PISTOLA PARA COLA QUENTE FINA 40W 110/220V	5	8	25	5	-	-	-	-	-	40	40	40	163	UNIDADE	RS 23,97	RS 3.907,11
11	PERFURADOR DE PAPEL COM 02 FUROS PARA 70 FOLHAS NA COR PRETA	20	4	8	5	-	6	-	20	40	40	60	40	203	UNIDADE	RS 79,67	RS 16.173,01
12	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO - Especificação : BASE PLASTICA, COM FELTRO MACIO, ACOMPANHADO DE 01 REFIL SUBSTITUIVEL	10	12	60	5	-	-	-	6	-	40	20	40	193	UNIDADE	RS 6,97	RS 1.345,21
13	CALCULADORA ELETRONICA DE	10	10	15	5	-	-	-	20	20	40	60	60	240	UNIDADE	RS 25,59	RS 6.141,60

Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CE
CNPJ nº 07.728.421/0001-82 - CGF nº 06.920.284-2
Paço Municipal - Edifício Francisco França Cambraia -
Avenida Francisco França Cambraia, nº 265, Bairro Centro - CEP 63.600-000





Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



14	MESA - Especificação : CALCULADORA DE MESA 12 DÍGITOS, VISOR INCLINADO, MÓVEL FORMATO HORIZONTAL, BATERIA SOLAR, COM TECLAS DE ARREDONDAMENTO DE NÚMEROS, RAIZ QUADRADA, PORCENTAGEM, GRADE TOTAL, MEMÓRIA, RETORNO DE DÍGITOS, UTILIZA BATERIA AG13 COM DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO.	20	10	60	10	-	-	60	40	100	300	60	660	UNIDADE	R\$ 14,47	R\$ 9.550,20
15	PRANCHETA ACRILICA TRANSPARENTE TAMANHO 24 X 34 CM	100	40	100	5	5	10	20	40	100	200	120	740	CAIXA	R\$ 3,40	R\$ 2.516,00
16	CLIPS 2/0 EM AÇO GALVANIZADO COM 100UND	20	25	75	30	-	10	20	40	40	80	40	320	CAIXA	R\$ 6,40	R\$ 2.176,00
17	CLIPS 8/0 EM AÇO GALVANIZADO COM 100 UNIDADES	20	25	75	30	-	10	-	20	20	20	20	106	UNIDADE	R\$ 2,78	R\$ 889,60
18	CLIPS 6/0 EM AÇO GALVANIZADO COM 100 UNIDADES.	-	12	24	10	-	-	-	-	20	30	20	665	CAIXA	R\$ 34,25	R\$ 3.630,50
19	LIVRO DE PONTO 200 FLS PAPEL OFÍCIO A4 COM 10 RESMAS COM 500 FOLHAS CADA	300	20	100	100	15	10	20	20	30	30	100	550	CAIXA	R\$ 7,67	R\$ 4.218,50
20	COLA COLORIDA 25G, LAVAVEL, NAO TOXICA,NAO ENFLAMAVEL, COM 04 UNIDADES...	-	20	400	10	-	-	-	-	20	60	40	515	UNIDADE	R\$ 11,02	R\$ 5.675,30
21	FITA EMPACOTAMENTO TRANSPARENTE 45X45	100	30	120	20	5	-	20	20	100	200	120	1370	UNIDADE	R\$ 6,83	R\$ 9.357,10
22	CAIXA ARQUIVO DM POLIUNDO MEDIA 365 X 140 X 255MM.	500	30	60	300	-	-	-	40	120	3000	1200	11800	UNIDADE	R\$ 3,43	R\$ 40.474,00
23	PASTA SUSPENSÃO EM PAPELARIA. REGISTRADOR AZ LOMBO C/FERRAGEM E OLHAL.	200	500	5000	100	-	-	400	400	1000	240	120	4220	UNIDADE	R\$ 11,99	R\$ 50.597,80
24	NIQUELADO, C/ETIQUETA, E TRAVAMENTO	3000	30	50	200	-	400	20	60	100	240	120	4220	UNIDADE	R\$ 11,99	R\$ 50.597,80



Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CE
 CNPJ n.º 07.728.421/0001-82 – CGF n.º 06.920.284-2
 Paço Municipal – Edifício Francisco França Cambrata –
 Avenida Francisco França Cambrata, n.º 265, Bairro Centro – CEP 63.600-000



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



	5	10	20	10	10	10	10	10	10	20	10	10	10	95	ROLO	R\$ 23,74	RS 2.255,30
25	5	10	20	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	ESTOJO	R\$ 9,02	RS 3.157,00
26	20	30	250	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350	CAIXA	R\$ 5,81	RS 3.021,20
27	-	30	400	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	210	UNIDADE	R\$ 6,35	RS 1.333,50
28	20	20	140	-	-	-	-	-	-	10	10	10	20	200	UNIDADE	R\$ 4,76	RS 952,00
29	30	10	30	10	-	-	-	-	-	20	20	20	20	143	UNIDADE	R\$ 17,85	RS 2.552,55
30	10	12	18	5	-	-	-	-	-	10	10	10	20	356	UNIDADE	R\$ 5,10	RS 1.815,60
31	10	10	20	6	-	-	-	-	-	10	10	10	20	145	CAIXA	R\$ 5,62	RS 814,90
32	20	10	45	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	550	UNIDADE	R\$ 1,65	RS 907,50
33	20	10	110	10	-	-	-	-	-	20	40	300	40	129	UNIDADE	R\$ 3,06	RS 394,74
34	20	6	18	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	720	UNIDADE	R\$ 4,61	RS 3.319,20
35	-	50	450	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	220	UNIDADE	R\$ 14,29	RS 3.143,80
36	30	10	10	10	-	-	-	-	-	40	80	40	40	760	UNIDADE	R\$ 1,07	RS 813,20
37	-	50	350	200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1000	FOLHA	R\$ 1,17	RS 1.170,00
38	-	50	650	100	-	-	-	-	-	40	60	60	60	164	UNIDADE	R\$ 41,21	RS 6.758,44
39	30	-	-	10	-	-	-	-	-	20	20	60	40	125	UNIDADE	R\$ 25,89	RS 3.236,25
40	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CE
CNPJ n.º 07.728.421/0001-82 - CGI: n.º 06.920.284-2
Paco Municipal - Edifício Francisco França Cambraia -
Avenida Francisco França Cambraia, n.º 265, Bairro Centro - CEP 63.600-000



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



41	BASTÃO DE COLA QUENTE GROSSA 1KG	5	-	-	-	-	-	-	60	60	185	PACOTE	R\$ 34,83	RS 6.443,55
42	PAPEL COLORS A4, 75G CORES VARIADAS. COM 100UND	50	-	-	25	-	-	-	-	20	95	PACOTE	R\$ 7,83	RS 743,85
43	PAPEL COUCHE: BRILHO 180G A4 21X29,7 CM 50FL.	10	-	-	10	-	-	-	-	60	80	CAIXA	R\$ 31,21	RS 2.496,80
44	PAPEL 40K A4 120G BRANCO COM 50FL.	50	-	-	10	-	-	-	-	60	120	PACOTE	R\$ 11,27	RS 1.352,40
45	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 24MMX50M - 3M	20	-	-	20	-	-	-	20	20	100	ROLO	R\$ 2,90	RS 290,00
46	ETIQUETA INKJET + LASER PAPEL CARTA, TAM 33,9mmX101,6mm SIMILAR/PIMACO BIC, EMBALAGEM COM 100 FOLHAS E 1.400 ETIQUETAS.	50	-	-	10	-	-	-	40	40	180	PACOTE	R\$ 76,03	RS 13.685,40
47	BORRACHA PONTTEIRA CAIXA COM 100 UNID	5	5	20	-	-	-	2	2	4	40	PACOTE	R\$ 18,93	RS 757,20
48	COLA GLITER ESTOJO NAO TOXICO COM 6 UNIDADES	-	15	200	10	-	-	-	20	60	365	ESTOJO	R\$ 14,28	RS 5.212,20
49	COLA DE CONTATO MULTUSO 75G.	5	5	10	10	-	-	40	100	200	1050	UNIDADE	R\$ 12,30	RS 2.337,00
50	PASTA COM ABA ELASTICO PLASTICO UNIDADE:2CM	20	50	400	100	-	-	-	40	40	190	UNIDADE	R\$ 3,22	RS 3.381,00
51	MASSA DE MODELAR CAIXA COM 12 UNIDADES, CORES VARIADAS	-	30	320	20	-	-	-	2	4	65	CAIXA	R\$ 8,24	RS 3.708,00
52	LAPIS PRETO REDONDO Nº 2 HB CAIXA COM 144 UNIDADES	5	4	26	10	2	10	-	12	12	79	PACOTE	R\$ 41,88	RS 2.722,20
53	ENVELOPE SACO OURO 37X45 (PACOTE COM 100 UNIDADES)	-	6	24	5	-	10	-	4	4	53	PACOTE	R\$ 41,30	RS 3.262,70
54	ENVELOPE SACO OURO 26X36(PACOTE COM 100 UNIDADES)	-	6	20	5	-	10	-	-	-	32	PACOTE	R\$ 33,13	RS 1.755,89
55	ENVELOPE SACO OURO TAMANHO A4 22X32CM (PACOTE COM 100 UNIDADES)	-	-	-	10	4	10	-	2	4	20	PACOTE	R\$ 31,38	RS 1.004,16
56	ENVELOPE SACO OURO	-	-	-	10	-	-	-	4	2	4	PACOTE	R\$ 22,99	RS 459,80

COPIA
Fls 351
Rubrica

Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CE
CNPJ nº 07.728.421/0001-82 - CGF nº 06.920.284-2
Paço Municipal - Edifício Francisco França Cambraia -
Avenida Francisco França Cambraia, nº 265, Bairro Centro - CEP 63.600-000



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



57	TAMANHO A4 23X16CM (PACOTE COM 100 UNIDADES)	10	35	315	20	5	20	100	60	-	300	100	965	UNIDADE	RS 2,00	RS 1.930,00
	COLA BRANCA 90G NAO TOXICA, LAVAVEL E BASE DE AGUA	20	-	-	-	-	-	10	10	20	40	10	110	PACOTE	RS 26,24	RS 2.886,40
58	LIGA ELASTICO LATEX AMARELA 1KG.	10	6	45	-	-	-	4	4	10	24	10	113	CAIXA	RS 20,15	RS 2.276,95
59	CORRETIVO LIQUIDO A BASE DE AGUA 18ML CX C/12 UNIDADES	20	-	-	10	-	-	12	12	24	120	60	258	UNIDADE	RS 25,93	RS 6.689,94
60	LIVRO DE CAPA DURA C/ 200 FOLHAS	20	-	-	-	-	-	-	-	2	4	2	28	CAIXA	RS 25,30	RS 708,40
61	BORRACHA BRANCA ESCOLAR CAIXA COM 60 UNIDADES	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	76	CAIXA	RS 6,27	RS 476,52
62	APONTADOR SIMPLES CX C/12 UNIDADES - Especificação: APONTADOR SIMPLES EM PLASTICO COM 01 FURO SEM DEPOSITO. CX C/12 UNIDADES	10	25	75	5	5	10	-	-	-	-	-	130	CAIXA	RS 2,52	RS 327,60
63	GLIPS 1/0 EM ACO GALVANIZADO COM 100 UNIDADES	50	40	330	20	-	20	-	20	60	100	40	680	UNIDADE	RS 10,40	RS 7.072,00
64	FITA GOMADA.	30	-	-	-	-	-	80	-	60	-	-	170	UNIDADE	RS 2,28	RS 387,60
65	LAPISEIRA 0,7	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	UNIDADE	RS 73,80	RS 1.476,00
66	CAIXA DE CORRESPONDENCIA EM POLIESTIRENO TRIPLA ARTICULAVEL FUME ACRIMET	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	UNIDADE	RS 51,83	RS 1.036,60
67	CAIXA DE CORRESPONDENCIA EM POLIESTIRENO DUPLA ARTICULAVEL FUME ACRIMET	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	UNIDADE	RS 4,39	RS 100,97
68	TINTA PARA ALMOFADA AZUL	20	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	3	UNIDADE	RS 4,42	RS 13,26
69	TINTA PARA CARIMBO	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	35	PACOTE	RS 9,25	RS 323,75
70	GRAMPO TRILHO PLASTICO PRETO 80MM P/ 200 FOLHAS PCT COM 50 UNIDADES	-	10	25	-	-	-	-	-	-	-	-	480	UNIDADE	RS 6,63	RS 3.182,40
71	TINTA GUACHE COM 06 POTES 15 MIL.CADA, NA TOXICA, SOLÚVEL EM ÁGUA	-	20	340	20	-	-	-	-	-	20	60	680	UNIDADE	RS 8,97	RS 6.099,60
72	CADERNO DE DESENHO COM 48	-	50	550	10	-	-	-	-	-	30	10	30	UNIDADE	RS 8,97	RS 6.099,60



Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CE
CNPJ n.º 07.728.421/0001-82 – CGF n.º 06.920.284-2
Paço Municipal – Edifício Francisco França Cambrata –
Avenida Francisco França Cambrata, n.º 265, Bairro Centro – CEP 63.600-000



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



73	FOLHAS 200 X 275MM PAPEL DUPLEX 48X66 CORES VARIADAS	-	50	400	20	-	-	-	-	-	200	670	UNIDADE	R\$ 1,28	RS 857,60
74	PAPEL MADEIRA 66 X 96 KRAFT OURO 80G	-	50	450	30	-	-	100	-	-	100	830	FOLHA	R\$ 0,96	RS 796,80
75	FITA DECORATIVA LISA PARA PRESENTE. ROLO MED. 16MM X 50M, CORES VARIADAS.	-	15	30	10	-	-	40	-	-	60	155	ROLO	R\$ 6,27	RS 971,85
76	FITA DECORATIVA LISA PARA PRESENTE. ROLO MED. 20MM X 50M, CORES VARIADAS.	-	15	30	20	-	-	-	-	-	40	105	ROLO	R\$ 7,07	RS 742,35
77	PAPEL PARA TINTA GUACHE Nº0	-	20	250	10	-	-	-	-	-	40	320	UNIDADE	R\$ 1,99	RS 636,80
78	PAPEL CREPOM 48X2 CORES VARIADAS	-	20	300	50	-	-	-	-	-	120	490	UNIDADE	R\$ 1,25	RS 612,50
79	FOLHA DE E.V.A 40X60CM, CORES LISAS E VARIADAS.	-	30	250	100	-	-	120	-	-	360	980	UNIDADE	R\$ 3,09	RS 3.028,20
80	FOLHA DE ISOPOR 100 X 50CM, 10MM DE ESPESURA.	-	12	48	50	-	-	-	-	-	-	110	UNIDADE	R\$ 2,47	RS 271,70
81	COLA SILICONE QUENTE BASTÃO FINO	50	50	350	10	-	-	20	-	-	80	560	UNIDADE	R\$ 0,67	RS 375,20
82	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 23/8 8MM, GALVANIZADO CAIXA COM 500 UNIDADES - Especificação : GRAMPO PARA GRAMPEADOR 23/8 8MM, GALVANIZADO CAIXA COM 500 UNIDADES	-	-	-	30	-	20	20	-	-	20	130	CAIXA	R\$ 5,99	RS 778,70
83	PINCEL PARA TINTA GUACHE Nº6	-	-	-	10	-	-	-	-	-	180	190	UNIDADE	R\$ 3,70	RS 703,00
84	CARTOLINA DUPLA FACE 50X66 180GR COM ESTAMPA	-	-	-	100	-	-	60	-	-	60	260	FOLHA	R\$ 0,75	RS 195,00
85	FOLHA DE E.V.A 40X60CM, COM ESTAMPA	-	-	-	100	-	-	40	-	-	40	220	UNIDADE	R\$ 5,38	RS 1.183,60
86	PASTA COM ABA ELASTICA PAPEL, UNIDADE	-	100	500	500	-	-	120	-	-	60	1520	UNIDADE	R\$ 2,87	RS 4.362,40
87	TECIDO TNT, ROLOS DE 1,40M X 50M, CORES VARIADAS	-	6	8	10	-	-	4	-	-	10	38	ROLO	R\$ 72,96	RS 2.772,48
88	COLA ISOPOR A BASE DE PVC 90G	-	20	240	20	-	-	60	-	-	100	480	TUBO	R\$ 4,70	RS 2.256,00



Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CE
 CNPJ nº 07.728.421/0001-82 – CGF nº 06.920.284-2
 Paço Municipal – Edifício Francisco França Cambrata –
 Avenida Francisco França Cambrata, nº 265, Bairro Centro – CEP 63.600-000



ANEXO 02 – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA (VENCEDOR)

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA N  GM-PE002/2021-SRP

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para presta o dos serviços objeto da presente licita o Pregão, na Forma Eletrônica n  GM-PE002/2021-SRP acatando todas as estipula es consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICA O DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

REPRESENTANTE e CARGO:

ENDEREÇO e TELEFONE:

CNPJ e INSCRI O ESTADUAL:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

AGÊNCIA e N  DA CONTA BANCÁRIA

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

ITEM	ESPECIFICA�O	MARCA	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

CONDI OES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licita o.

PRAZO DE GARANTIA

A garantia deverá ser da seguinte forma: Para todos os **itens** de no mínimo, a contar do recebimento definitivo do objeto pela Contratante.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Anexo 01, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obriga es trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contrata o.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

OBS: a interposi o de recurso suspende o prazo de validade da proposta até decisão.



**ANEXO 03 - TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA
BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL**

Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)	
Razão Social:	
Ramo de Atividade:	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ:
Telefone Comercial:	Inscrição Estadual:
Representante Legal:	RG:
E-mail:	CPF:
Telefone Celular:	
Whatsapp:	
Resp. Financeiro:	
E-mail Financeiro:	Telefone:
E-mail para informativo de edital	
ME/EPP: () SIM () Não	

1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema de Pregão Eletrônico da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.
2. São responsabilidades do Licitante:
 - i. Tomar conhecimento de, e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
 - ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
 - iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto no Estatuto Social e nas demais normas e regulamentos expedidos pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
 - iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo III.I



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



- v. Pagar as taxas pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.
3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.
4. O Licitante autoriza a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.
5. O presente Termo é por prazo indeterminado podendo ser rescindido, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios realizado e/ou em andamento.

O Licitante assume a responsabilidade de pagamento dos valores devidos até a data da última utilização do Sistema, e/ou até a conclusão dos negócios em andamento. Responsabilizando-se pelas informações prestadas neste Termo, notadamente as informações de cadastro, alterações contratuais e/ou de usuários do Sistema, devendo, ainda, informar a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil qualquer mudança ocorrida.

Local e data: _____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ULTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).



ANEXO 3.1

ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA
BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL
INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA

Razão Social do Licitante:	
CNPJ/CPF:	
Operadores	
1	Nome:
	CPF:
	Telefone:
	Fax:
	Whatsapp
	Função:
	Celular:
	E-mail:
2	Nome:
	CPF:
	Telefone:
	Fax:
	Whatsapp
	Função:
	Celular:
	E-mail:
3	Nome:
	CPF:
	Telefone:
	Fax:
	Whatsapp
	Função:
	Celular:
	E-mail:

O Licitante reconhece que:

- i. A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;



Estado do Ceará
Prefeitura Municipal de Senador Pompeu



- ii. O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- iii. A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil para o necessário bloqueio de acesso;
- iv. O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento das taxas ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Local e data: _____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)



Prefeitura Municipal de Senador Pompeu/CE
CNPJ n.º 07.728.421/0001-82 - CGF n.º 06.920.284-2
Paço Municipal - Edifício Francisco França Cambraia -
Avenida Francisco França Cambraia, n.º 265, Bairro Centro - CEP 63.600-000



**ANEXO 04 - CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA
- SOMENTE PARA O FORNECEDOR VENCEDOR**

Editais publicados pelo sistema de aquisição:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

Editais publicados pelo sistema de registro de preços:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento parcelado em parcelas mensais (equivalentes ao número de meses do registro) e sucessivas com emissão do boleto em 60(sessenta) dias após a adjudicação – com limitação do custo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Em caso de cancelamento pelo órgão promotor (comprador) do pregão realizado na plataforma, o licitante vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo lote cancelado.

DA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS DE APOIO (CORRETORAS) ASSOCIADAS

A livre contratação de sociedades CÉLULAS DE APOIO (corretoras) para a representação junto ao sistema de PREGÕES, não exime o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil. A corretagem será pactuada entre os o licitante e a corretora de acordo com as regras usuais do mercado.

DAS RESPONSABILIDADES COMO LICITANTE/FORNECEDOR

Como Licitante/Fornecedor, concordamos e anuímos com todos termos contidos neste anexo e nos responsabilizamos por cumpri-lo integralmente em seus expressos termos.

Local e data: _____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ULTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).



ANEXO 05 – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO N° GM-PE002/2021-SRP

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF N° _____, sediada.

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico n° GM-PE002/2021-SRP instaurada pela Prefeitura Municipal de **SENADOR POMPEU**, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



ANEXO 06 – MODELO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° _____
PREGÃO ELETRÔNICO N° _____
PROCESSO N° _____

Aos ___ dias do mês de _____ de 20___, no Setor de Licitações do município de Senador Pompeu-CE, à Rua Av. Francisco França Cambraia, S/N, Senador Pompeu - Centro, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Eletrônico n° GM-PE002/2021-SRP, do respectivo resultado homologado, do Processo n° GM-PE002/2021-SRP, que vai assinada pelo Ordenador de Despesas da Secretaria _____, gestor(a) do Registro de Preços, e pelos demais órgãos participantes, pelos representantes legais dos detentores do registro de preços, todos qualificados e relacionados ao final, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1-O presente instrumento fundamenta-se:
Lei Federal n° 10.520/02 e suas alterações;
Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações;
Lei Complementar n° 123/2006 e suas alterações;
Decreto n° 7.746, de 05 de junho de 2012;
Decreto n° 7.892, de 23 de janeiro e 2013;
Decreto n° 10.024, de 20 de setembro de 2019;

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1-A presente Ata tem por objeto o _____, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I - Termo de Referência do edital de Pregão Eletrônico n° GM-PE002/2021-SRP, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo n° GM-PE002/2021-SRP.

Subcláusula Única - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1-A presente Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1-Caberá a Secretaria de Saúde o gerenciamento deste instrumento, no seu aspecto operacional e nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1-Em decorrência da publicação desta Ata, o participante do SRP poderá firmar contratos com os fornecedores com preços registrados, devendo comunicar ao órgão gestor, a recusa do detentor de registro de preços em fornecer os bens no prazo estabelecido pelos órgãos participantes.

Subcláusula Primeira – O fornecedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.



Subcláusula Segunda - Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas no edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

6.1-Os signatários desta Ata de Registro de Preços assumem as seguintes obrigações e responsabilidades:

Subcláusula Primeira - O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica obrigado a:

- atender os pedidos efetuados pelo(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) do SRP, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados nesta Ata, durante a sua vigência.
- fornecer os bens ofertados, por preço unitário registrado, nas quantidades indicadas pelo participante do Sistema de Registro de Preços.
- responder no prazo de até 5 (cinco) dias a consultas do órgão gestor de Registro de Preços sobre a pretensão de órgão/entidade não participante (carona).
- Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

Subcláusula Segunda - Caberá a contratada providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1-Os preços registrados são os preços unitários ofertados nas propostas das signatárias desta Ata, os quais estão relacionados no Mapa de Preços dos itens, anexo a este instrumento e servirão de base para futuras aquisições, observadas as condições de mercado.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1-Os preços registrados só poderão ser revistos nos casos previstos no art. 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1-Os preços registrados na presente Ata, poderão ser cancelados de pleno direito, nas seguintes situações:

- Utilização dos quantitativos registrados;
- Término do prazo de vigência da ata;
- Cancelamento do registro de preços;
- Revogação por interesse público;
- Nulidade da licitação (vício insanável);

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES PARA A AQUISIÇÃO

10.1-As aquisições dos bens que poderão advir desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual a ser celebrado entre o órgão participante/interessados e o fornecedor.

Subcláusula Primeira - Caso o fornecedor classificado em primeiro lugar, não cumpra o prazo estabelecido pelos órgãos participantes, ou se recuse a efetuar o fornecimento, terá o seu registro de preço cancelado, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei e no instrumento contratual.

Subcláusula Segunda - Neste caso, o órgão participante comunicará ao órgão gestor, competindo a este convocar sucessivamente por ordem de classificação, os demais fornecedores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

Subcláusula Primeira - Quanto à entrega:

- O objeto contratual deverá ser entregue DE FORMA PARCELADA, conforme necessidade, em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, após apresentação da Ordem de Fornecimento.



- b) Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 24 (vinte e quatro) horas, antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

Subcláusula Segunda - Quanto ao recebimento:

- a) PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela contratante.
- b) DEFINITIVAMENTE, sendo expedido Termo de Recebimento Definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, conseqüente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12.1-O pagamento advindo do objeto da Ata de Registro de Preços será proveniente dos recursos do(s) órgão(s) participante(s) e será efetuado até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação.

Subcláusula Primeira – A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

Subcláusula Segunda – Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Subcláusula Terceira – É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº GM-PE002/2021-SRP.

Subcláusula Quarta – Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
- b) Comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual.
- c) Comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal.
- d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação – CRS; e
- e) Prova de situação regular perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme Lei 12.440/2011.

Subcláusula Quinta – Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13-1-A Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

- I. Advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:



- a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
- b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das atividades do(a) CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- II. Multas, que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pelo(a) Contratante:
- a) De **1,0%** (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso na entrega dos produtos ou indisponibilidade dos mesmos, limitada a 10% (dez por cento) do mesmo valor;
- b) De **2,0%** (dois por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição contratual, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c) De **5,0%** (cinco por cento) do valor total do contrato, pela recusa em substituir qualquer produto rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a substituição não se efetive nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;
- III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Senador Pompeu, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Subcláusula Primeira - No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 5 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos **I, II e III** da Cláusula décima terceira supra e 05 (cinco) dias corridos para a sanção prevista no **inciso IV** da mesma cláusula.

Subcláusula Segunda - O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

Subcláusula Terceira - As sanções previstas nos **incisos III e IV da Cláusula décima terceira**, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

- a) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;
- c) sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

Subcláusula Quarta - As sanções previstas nos **incisos I, III e IV da cláusula décima terceira** poderão ser aplicadas juntamente com a do **inciso II** do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Subcláusula Quinta - A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de **5,0%** (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar



descumprimento total da obrigação assumida.

Subcláusula Sexta - As sanções previstas na **subcláusula quinta** supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO

14.1-Fica eleito o foro do município de Senador Pompeu, do Estado do Ceará, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

SIGNATÁRIOS:

Órgão Gestor	Nome do Titular	Cargo	CPF	Assinatura
Detentores do Reg. de Preços	Nome do Representante	Cargo	CPF	Assinatura



ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ___ /20__ - MAPA DE PREÇOS DOS BENS

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre as Unidades Gestoras identificadas neste termo e os fornecedores, cujos preços estão a seguir registrados por item, em face da realização do Pregão Eletrônico nº GM-PE002/2021-SRP.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTDE.	VR. UNIT.	VR. TOTAL



ANEXO 07 – DECLARAÇÃO ART. 7º INCISO XXIII DA CF

PREGÃO ELETRÔNICO Nº GM-PE002/2021-SRP

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____, sediada

(Endereço Completo)

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.

- 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.
- 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



ANEXO 08 – DECLARAÇÃO ME/EPP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº GM-PE002/2021-SRP

DECLARAÇÃO

Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte. (Na hipótese do licitante ser ME ou EPP).

(Nome da empresa), CNPJ / MF nº, sediada (endereço completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão, que estou (amos) sob o regime de ME/EPP, para efeito do disposto na LC 123/2006.

Local e data

Nome e nº da cédula de identidade do declarante



ANEXO 09
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SENADOR POMPEU, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE....., COM A EMPRESA....., PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

SECRETARIA DE XXXXXX, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na _____, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº _____, representado pelo SECRETÁRIA DO XXXXXXXX, Sr(a). XXXXXXXX, doravante denominado de CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa _____, com endereço na Rua _____, N° _____, bairro _____, em _____, Estado do _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada por _____, CPF nº _____, ao fim assinado, doravante denominada de CONTRATADA, de acordo com o Edital de Pregão Eletrônico nº _____, Processo nº _____, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1- Fundamenta-se este contrato no Pregão Eletrônico nº _____, na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, na Lei Federal nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002, e na proposta de preços da Contratada.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA _____ DO MUNICÍPIO DE SENADOR POMPEU/CE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1-A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução do objeto deste contrato o valor global de R\$ _____ (.....), conforme planilha constante do ANEXO contratual, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

4.1-O contrato terá um prazo de vigência a partir da data da assinatura até 31 de dezembro de _____, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA - DA FONTE DE RECURSOS

5.1-As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária _____, elemento de despesas nº _____

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

6.1-Os preços são firmes e irrevogáveis;



CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

7.1-A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DA ENTREGA DO OBJETO E DO PAGAMENTO

8.1-Os produtos deverão ser entregues de acordo com as solicitações da SECRETARIA CONTRATANTE, a partir do recebimento da Ordem de Compra, no prazo máximo de **10 (dez) dias**, contados a partir da solicitação, nos quantitativos de acordo com a necessidade do órgão e rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas na proposta vencedora e neste edital, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

8.2-Os produtos entregues pela licitante vencedora estarão sujeitos à aceitação plena pelo órgão recebedor.

8.3-A autoridade superior competente do órgão de origem desta licitação designará uma Comissão de Recebimento, cujo propósito será a conferência do produto entregue com as especificações contidas na proposta de preços da Contratada. Caso o produto entregue esteja em desacordo com as especificações contidas na proposta de preços, a Comissão rejeitará o recebimento do mesmo.

8.4-A Contratada ficará obrigada a trocar, imediatamente, sem ônus para a origem desta licitação, o produto que vier a ser recusado.

8.5-O pagamento será efetuado mensalmente após a emissão de empenho e deverá ocorrer em até de 30 (trinta) dias da data do recebimento definitivo do produto, acompanhado das respectivas Notas Fiscais e de Empenho.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1-A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.2-Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

9.3-Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

9.4-Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1-Entregar os produtos objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste Edital, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

10.2-Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.3-Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;

10.4-Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1-Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Multas de:

b.1) 10,0% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa da LICITANTE VENCEDORA em assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação feita pela CONTRATANTE

b.2) 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato, por dia de atraso na entrega do objeto contratual, até o limite de 30 (trinta) dias;



- b.3) 2,0% (dois por cento) cumulativos sobre o valor da parcela não cumprida do Contrato e rescisão do pacto, a critério da Respectiva Secretaria, em caso de atraso superior a 30(trinta) dias na entrega dos produtos.
- b.4) Os valores das multas referidos nesta cláusulas serão descontados "ex-offício" da CONTRATADA, mediante subtração a ser efetuada em qualquer fatura de crédito em seu favor que mantenha junto à Respectiva Secretaria, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a CONTRATANTE promova sua reabilitação.
- 11.2-As sanções previstas nos itens antecedentes serão aplicadas pela autoridade competente, assegurados ao Contratado ou ao Adjudicatário, o contraditório e ampla defesa, nos seguintes prazos e condições:
- a) de 05 (cinco) dias úteis nos casos de advertência e de suspensão.
- b) de 10(dez) dias úteis da abertura de vista do processo, no caso de declaração de inidoneidade para licitar com o Município de SENADOR POMPEU.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

12.1 - A rescisão contratual poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;
- c) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- d) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO

13.1- Fica eleito o foro da Comarca de SENADOR POMPEU, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente edital, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acertados as partes, firmam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias para que possa produzir os efeitos legais.

SENADOR POMPEU (CE), de de 20__.

XXXXXXXXXXXX
SECRETARIA DE
CONTRATANTE

Nome do Representante
NOME DA EMPRESA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01. _____

Nome:

CPF/MF:

02. _____

Nome:

CPF/MF:



ANEXO 10

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E OBEDIÊNCIA AS CLÁUSULAS DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N° GM-PE002/2021-SRP

(Nome da Empresa), CNPJ/MF N°, sediada à Rua/Av
.....(Endereço Completo), declara, para todos os fins de direito, que conhecemos e
nos submetemos aos termos constantes do Edital n° GM-PE002/2021-SRP, e de seu(s) Regulamento(s), bem
como que temos todas as condições de cumprir às exigências editalícias, tanto no que concerne à apresentação de
documentação para a habilitação do certame.

(Local e Data)

Assinatura do Representante Legal